

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : O ESPCLASS. : 448DATA : 03 11 87PG. : 02

Para CSN, Cimi é um risco para a soberania

A Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional (CSN) em documento sigiloso reconhece que a questão indígena oferece "riscos para a soberania nacional", responsabilizando principalmente a Igreja Católica, através da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e de seu organismo específico, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi). O documento integra um grupo de doze estudos cujas cópias foram obtidas pela Folha de S. Paulo, que cita alguns dados acrescentando que a acusação foi publicada em agosto por O Estado.

Cópias dos estudos foram enviadas pela Secretaria-Geral do CSN — ocupada pelo ministro-chefe do gabinete militar, general Rubens Bayma Denys — ao deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB/SP), presidente da CPI que investiga a participação do Cimi numa suposta conspiração internacional destinada a restringir a soberania do Estado brasileiro sobre as áreas indígenas na região amazônica.

Os estudos recomendam ao governo "ações enérgicas e decididas" para se "contrapor a todas as pressões do Cimi e das entidades que o apóiam", evitando o "esfacelamento do território nacional". Em outro documento, o CSN propõe a criação de grupo de trabalho interministerial formado por representantes do SNI, da Secretaria-Geral do CSN e do Itamaraty para, "em caráter confidencial, estudar o problema da ingerência da Igreja nos negócios do Esta-

do". A recomendação parte da avaliação de "despreparo governamental" diante da atuação da "minoría progressista da Igreja".

O documento descreve "a vasta estrutura da Igreja" usada para a "doutrinação divergente dos ensinamentos evangélicos", aproveitando a "sensibilidade religiosa do homem brasileiro para a exploração dos níveis sociais e das dificuldades por que passa a grande maioria do povo". O CSN sugere algumas medidas, entre elas "a ampliação dos programas sócioeconômicos do governo, como medida eficaz para a retirada dos pontos de sustentação das campanhas da Igreja".

Entre as atribuições, o grupo interministerial sugeriria medidas para privilegiar os contatos do governo com setores "tradicionais" da Igreja; "mobilização das diversas correntes políticas que apóiam o governo, para se contraporem às ações do clero, naquilo que for adverso aos objetivos de governo", e criar mecanismos de controle de atuação de organizações religiosas, da participação de sacerdotes estrangeiros e do ingresso de recursos estrangeiros "destinados às campanhas da Igreja".

Divididos em pastas, os estudos se referem à elaboração do Projeto Calha Norte; a questão indígena e os riscos para a soberania; questões indígenas e exigências internacionais; atuação do Cimi; repercussão do projeto na Venezuela; um dossiê sobre d. Aldo Mongiano, bispo de Boa Vista; e artigos na imprensa.